

Comissão de Educação
e Cultura

SENADO
FEDERAL



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

– RELATÓRIO FINAL –

2023

2024

SENADO FEDERAL

57ª Legislatura - 2023-2024
1ª e 2ª Sessões Legislativas

Presidente

Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

1º Vice-Presidente

Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

2º Vice-Presidente

Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL)

1º Secretário

Rogério Carvalho (PT/SE)

2º Secretário

Weverton Rocha (PDT/MA)

3º Secretário

Chico Rodrigues (PSB/RR)

4º Secretário

Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Flávio Arns (PSB/PR)

Vice-Presidente: Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Bloco Parlamentar Democracia – Titulares

Professora Dorinha Seabra (União/TO)

Rodrigo Cunha (Podemos/AL)

Efraim Filho (União/PB)

Marcelo Castro (MDB/PI)

Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Confúcio Moura (MDB/RO)

Carlos Viana (Podemos/MG)

Styvenson Valentim (Podemos/RN)

Cid Gomes (PSB/CE)

Izalci Lucas (PL/DF)

Bloco Parlamentar Democracia – Suplentes

Ivete da Silveira (MDB/SC)

Márcio Bittar (União/AC)

Soraya Thronicke (Podemos/MS)

Alessandro Vieira (MDB/SE)

Leila Barros (PDT/DF)

Plínio Valério (PSDB/AM)

Alan Rick (União/AC)

Zequinha Marinho (Podemos/PA)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática – Titulares

Jussara Lima (PSD/PI)

Zenaide Maia (PSD/RN)

Nelsinho Trad (PSD/MS)

Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Randolfe Rodrigues (PT/AP)

Augusta Brito (PT/CE)

Paulo Paim (PT/RS)

Teresa Leitão (PT/PE)

Flávio Arns (PSB/PR)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática – Suplentes

Irajá (PSD/TO)

Lucas Barreto (PSD/AP)

Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Sérgio Petecão (PSD/AC)

Fabiano Contarato (PT/ES)

Jaques Wagner (PT/BA)

Humberto Costa (PT/PE)

Bloco Parlamentar Vanguarda – Titulares

Rosana Martinelli (PL/MT)

Carlos Portinho (PL/RJ)

Magno Malta (PL/ES)

Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Jaime Bagattoli (PL/RO)

Bloco Parlamentar Vanguarda – Suplentes

Eduardo Gomes – (PL/TO)

Beto Martins (PL/SC)

Rogério Marinho (PL/RN)

Wilder Moraes (PL/RO)

Marcos Rogério (PL/RO)

Bloco Parlamentar Aliança – Titulares

Romário (PL/RJ)

Laércio Oliveira (PP/SE)

Damara Alves (Republicanos/DF)

Bloco Parlamentar Aliança – Suplentes

Esperidião Amin (PP/SC)

Dr. Hiran (PP/RR)

Hamilton Mourão (Republicanos/RS)

Equipe Técnica:

Andréia Mano da Silva Tavares – Secretária de Comissão

Camila Moraes Bittar – Secretária de Comissão Adjunta

Ronaldo Claudino de Oliveira Junior – Auxiliar Parlamentar Pleno

Lucas Ribeiro de Santa Ana – Analista de Processo Legislativo

Daniel Silva Nascimento – Assistente Técnico

Bill Gates Soares de Pontes – Ajudante Parlam. Intermediário

Fernanda Regina de Jesus – Terceirizado Apoio Administrativo

Bianca de Arruda Soares – Estagiária

Isadora Aguiar Calixto – Estagiária

EXPEDIENTE:

Textos: Melissa S. Guedes, Greicy Pessoa, Petry Souza e Déborah Siqueira

Revisão: Aires P. das Neves Júnior

Diagramação e Design Gráfico: Maíke André dos Santos Ferreira

Equipe de apoio: Flávio M. Vicente, Diogo M. Novaes e Fernanda C. Brod

Índice

MENSAGENS

4 Presidente

6 Vice-Presidente

SUBCOMISSÕES

7 Ensino Médio

8 Alfabetização na Idade Certa

9 Educação de Jovens e Adultos

POLÍTICAS PÚBLICAS

10 2023: Qualidade da educação em foco

12 2024: Promoção da igualdade racial na cultura

ALTA PRODUTIVIDADE

13 Balanço de atividades

14 Agora é Lei

18 PLs enviados à Câmara dos Deputados

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

19 Uso de celular nas escolas

20 Segurança nas escolas

21 Parecer N° 50 do CNE

22 Plano Nacional de Educação

27 Reestruturação do Novo Ensino Médio

29 Valorização dos professores e técnicos universitários

31 Reestruturação das carreiras do FNDE e INEP

33 Ensino Superior em debate

33 Regulamentação da comunicação audiovisual e Condecine

34 Pós-graduandos no mundo do trabalho

34 Educação Midiática no Brasil

Mensagem do Presidente

A educação e a cultura são aspectos fundamentais para o desenvolvimento de um país. Por meio delas, as pessoas se transformam, evoluem e se tornam protagonistas de suas próprias histórias. Defender, promover e fortalecer ações que assegurem o acesso a esses direitos fundamentais são os pilares que sustentam os trabalhos da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Ao longo dos anos de 2023 e 2024, tive o privilégio de presidir esse importante colegiado, formado por colegas das mais diversas cores partidárias. Um grupo plural, porém unido no propósito de ver avançar em nosso país as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do ensino e fortalecimento da nossa cultura. Foram dois anos de intenso trabalho, centenas de debates e projetos aprovados e muito diálogo com a sociedade.

A contabilização dos números que estão presentes neste relatório comprova a alta produtividade da Comissão, como veremos a seguir. Vale destacar, dentre tantos resultados positivos, a conversão em lei de inúmeros projetos que foram aprovados durante este período. Leis que já estão sendo aplicadas para benefício de milhões de pessoas em todo o país.

Nosso grande objetivo ao longo desses dois anos sempre foi o de assegurar meios para que a educação e a cultura figurassem entre as áreas prioritárias do Senado Federal. Graças ao grande volume de atividades legislativas, com ampla participação social, podemos dizer, com muito orgulho, que cumprimos nossa missão.

Ao mesmo tempo em que atendemos as demandas pontuais e que exigiam respostas céleres, como as ações relacionadas à segurança nos ambientes escolares, promovemos também iniciativas voltadas para o futuro, como os ciclos de debate sobre o novo Plano Nacional de Educação, que definirá as diretrizes e metas educacionais para o decênio de 2024 a 2034.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Em todos os momentos, a união de esforços fez a diferença. Por isso, agradeço de forma especial a cada um dos senadores e senadoras que fazem parte da Comissão e, também, à competente equipe técnica que nos assessora. Sempre prontos para contribuir, cada um de uma forma particular, mas todos empenhados em ver os avanços que tanto queremos nessas áreas se concretizarem.

Agradeço especialmente o apoio e parceria da nossa vice-presidente, senadora Professora Dorinha Seabra, cuja dedicação, capacidade técnica e habilidade política foram fundamentais para que pudéssemos avançar em temas de grande relevância, como a oferta de escola em tempo integral e a reforma do Novo Ensino Médio.

Este documento sintetiza o trabalho de todos nós. Vamos em frente!

Senador Flávio Arns

Presidente da Comissão de Educação
e Cultura do Senado Federal

Conquistas e novas perspectivas para 2025

Foto: Sidney Lins



Assumir a vice-presidência da Comissão de Educação do Senado Federal representou, antes de tudo, uma oportunidade única para fortalecer o compromisso com a educação pública, ampliar o acesso ao conhecimento e lutar por um sistema educacional de qualidade para todos os brasileiros.

Nos últimos dois anos, sob a liderança do senador Flávio Arns, a CE teve um papel crucial na garantia dos direitos educacionais e no desenvolvimento do país. Com debates amplos e projetos inovadores, priorizou a recuperação do ensino público no pós-pandemia, especialmente para aqueles que mais precisam. Projetos como a Política Nacional de Assistência Estudantil, que tive a honra de propor. Dessa forma, o estado brasileiro assume o compromisso com o acesso e a permanência de quem mais necessita desse atendimento, que são os mais vulneráveis e que sonham em ter uma formação.

A Comissão de Educação priorizou políticas para valorizar os profissionais da educação, focando em melhores condições de trabalho e capacitação contínua. Também debateu o Novo Ensino Médio, sob minha relatoria

no Senado, visando ajustes para alinhar a formação dos jovens com o mundo do trabalho e o desenvolvimento integral. Foram aprovadas matérias para fortalecer a educação básica, técnica e superior, ampliando o acesso a programas de estágio e formação.

Foi muito gratificante atuar diretamente nos debates para aproximar as demandas da população ao Legislativo, reforçando o sistema educacional como pilar do desenvolvimento nacional. Para 2025, a meta é consolidar os avanços com foco na inclusão social e na redução das desigualdades educacionais.

Parabenizo o senador Flávio Arns pela liderança exemplar e comprometida à frente da Comissão nos últimos dois anos, conduzindo debates e iniciativas que fortaleceram nossas políticas públicas e que fizeram a diferença para a sociedade.

Senadora Professora Dorinha Seabra

Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal

Subcomissões

CEENSINO

Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio



Subcomissão instalada em março de 2023 e com 10 reuniões realizadas até o final do mesmo ano, sendo 8 audiências públicas para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, que contaram com a participação de, aproximadamente, 30 representantes de entidades da área educacional.

Ao final dos trabalhos, foi apresentado relatório contendo uma série de recomendações, como a ampliação da carga horária dedicada à Formação Geral Básica e aprimoramento da organização da oferta dos itinerários formativos.



Escaneie o QR Code e acesse a página da subcomissão.

PRESIDÊNCIA

Senadora Teresa Leitão - PT/PE

RELATORIA

Senadora Professora Dorinha Seabra
UNIÃO /PE

Subcomissões

CEIDCERTA

Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa

Subcomissão instalada em junho de 2024, com três reuniões realizadas sobre o tema, sendo uma audiência pública. No debate, especialistas enfatizaram a importância da alfabetização na idade certa para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita que vão influenciar o desempenho acadêmico dos estudantes ao longo de suas vidas.

Ao final de 2024, a subcomissão apresentou relatório analisando a política de alfabetização na idade certa e propondo um projeto de lei para instituir o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Ao apresentar o projeto no Senado, a intenção é torná-lo uma política de Estado, com solidez, permanência e priorização que o assunto requer.



Escaneie o QR Code e acesse a página da subcomissão.

PRESIDÊNCIA

Senador Cid Gomes - PSB/CE

VICE-PRESIDÊNCIA

Senadora Zenaide Maia - PSD/RN

CEEJA

Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos



Foto: Lucas Fermin - SEED

Subcomissão instalada em julho de 2024, com 2 reuniões realizadas para acompanhar a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

O plano de trabalho estabelece como objetivos da subcomissão: abordar a importância do direito constitucional à educação básica para quem não teve acesso na idade adequada; ajudar na formulação de uma visão significativa da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto educacional brasileiro; incentivar discussões sobre a relevância da EJA e sua conexão com outras políticas sociais; valorizar a carreira docente na EJA; e apoiar iniciativas que promovam a conscientização e o estímulo à demanda.



Escaneie o QR Code e acesse a página da subcomissão.

PRESIDÊNCIA:

Vago

RELATORIA:

Senadora Soraya Thronicke
PODEMOS/MS

Qualidade da educação em foco

Comissão de Educação avaliou Meta 7 do PNE e propôs melhorias

Em 2023, a Comissão de Educação (CE) do Senado avaliou o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que trata do fomento à qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades. O tema foi sugerido e relatado pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF). A avaliação revelou o seguinte progresso dessa política pública:

totalmente
cumpridas

7

parcialmente
cumpridas

25

não
realizadas

4

A CE ouviu 26 especialistas em cinco audiências públicas, que apresentaram 60 propostas para a melhoria da qualidade da educação e dos indicadores que a medem.

Essa avaliação apontou avanços, mas também destacou a necessidade de ajustes significativos para que o Brasil alcance níveis de qualidade educacional mais elevados. Assim, a CE sintetizou **14 recomendações** essenciais para orientar as estratégias e metas do novo PNE.



Recomendações prioritárias para o Novo PNE

1 Buscar equidade educacional para alcançar qualidade da educação.

2 Definir claramente o que é qualidade da educação básica.

3 Definir o que deve ser considerado nível de aprendizagem básico, adequado e avançado.

4 Estabelecer padrões de aprendizagem nacionais para cada ano escolar.

5 Criar indicadores para avaliar escolas e professores.

6 Definir metas intermediárias, ajustando a política conforme sua aplicação.

7 Incluir todos os estudantes na avaliação e criar indicador de permanência escolar.

8 Levantar em conta as desigualdades socioculturais e econômicas na avaliação da educação.

9 Pensar no longo prazo e considerar toda a trajetória escolar do aluno.

10 Aprimorar programas de educação de competências e saúde mental dos estudantes.

11 Expandir o acesso à internet e transporte escolar.

12 Aprimorar e incentivar modelos diferenciados de oferta de educação.

13 Buscar novas formas de financiar a educação.

14 Aprimorar a transparência e o controle sobre a política educacional.

Política Pública 2024

Promoção da igualdade racial na cultura

CE avaliou cotas étnico-raciais em programas do Ministério da Cultura

Em 2024, a Comissão de Educação e Cultura do Senado escolheu avaliar a política de cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura (MinC). O tema foi sugerido e relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O objetivo da avaliação foi analisar a eficácia e a eficiência das cotas no combate ao racismo estrutural e na promoção da inclusão de pessoas negras nas ações culturais do MinC.

A avaliação permitiu averiguar o impacto real da política e propor aprimoramentos para sua execução, oferecendo recomendações ao Poder Executivo e sugestões de proposições legislativas para aprimorar essas políticas.

Foto: Fernando Frazão - Agência Brasil



Recomendações:

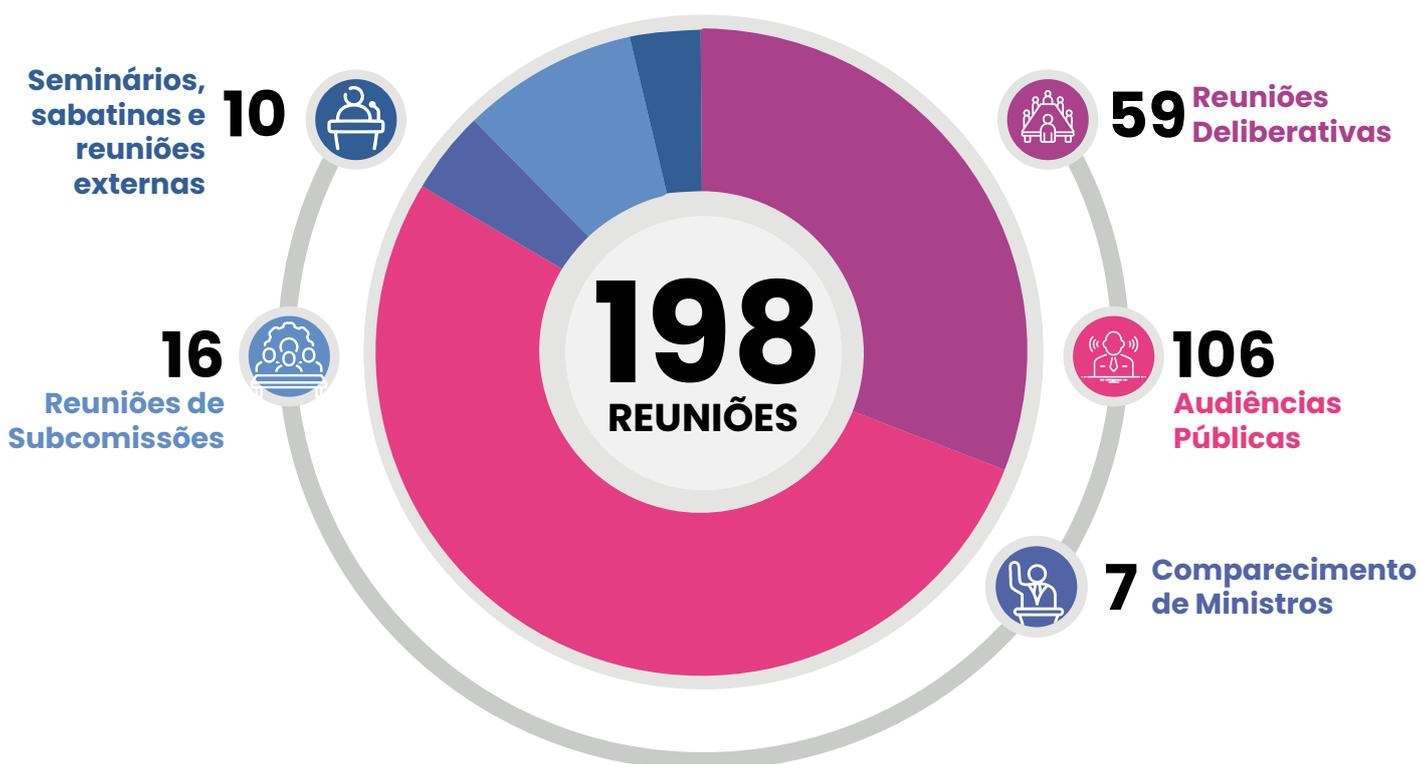
- ✓ Implementação de indicadores de desempenho
- ✓ Ampliação da participação social
- ✓ Capacitação de gestores
- ✓ Campanhas educativas

Propostas legislativas:

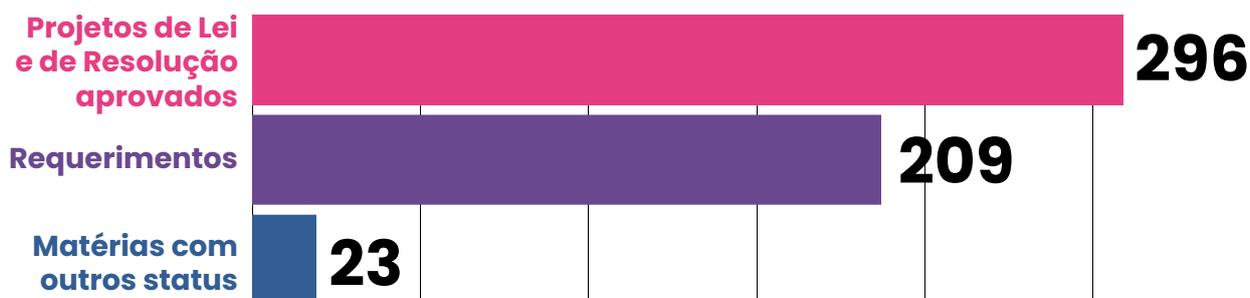
- ✓ Criação de um fundo específico para a diversidade cultural
- ✓ Criação de sistema nacional de monitoramento centralizado para a diversidade cultural

Alta Produtividade

Em 2023 e 2024, os senadores e senadoras membros da CE contribuíram para que a Comissão fosse uma das mais produtivas do Senado Federal. Confira os números do período!



528 Matérias Apreciadas:



Alta Produtividade

Agora é Lei!

Confira os principais projetos aprovados pela CE e que se tornaram leis em 2023 e 2024:



01

Escola em tempo integral

Lei 14.640/23 | Relatoria na CE: Prof. Dorinha



O programa tem o objetivo de aumentar as matrículas no ensino básico em tempo integral, com assistência técnica e financeira da União aos entes federados. O aluno ficará na escola 7h/dia ou 35h/semana em dois turnos. A meta inicial é 1 milhão de novas matrículas nessa modalidade.



02

Obras na educação e saúde

Lei 14.719/23 | Relatoria na CE: Teresa Leitão



Cria um plano de retomada de obras nas áreas de educação básica, profissionalizante e saúde. Serão aplicados cerca de R\$ 4 bilhões na conclusão de 3.540 obras de escolas em 1.659 municípios, gerando 450 mil vagas no ensino público até 2026. Na saúde, os recursos virão do SUS.



03

Saúde mental nas escolas

Lei 14.819/24 | Relatoria na CE: Veneziano Vital



A Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares prevê o trabalho articulado da educação e saúde em ações de apoio social e psicológico aos alunos. O trabalho será feito com representantes da atenção básica e da comunidade escolar, com o objetivo de promover a saúde mental e prevenir a violência escolar.



04

Alimentação escolar

Lei 14.734/23 | Relatoria na CE: Damares Alves



Determina que estados, Distrito Federal e municípios forneçam instalações físicas, recursos humanos e financeiros para o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), facilitando o acesso da população. Os entes também vão legislar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que oferta as merendas escolares e é fiscalizado pelos CAEs.



05

Valorização dos professores

Lei 14.817/24 | Relatoria na CE: Efraim Filho



A norma estabelece plano de carreira, formação continuada e condições de trabalho para professores, diretores, inspetores e técnicos da educação básica pública. Com esses benefícios, estimula-se o desenvolvimento profissional em favor da qualidade da educação. A lei favorece, ainda, a atualização dos profissionais no processo educativo.



06

Lei Geral do Esporte (LGE)

Lei 14.597/23 | Relatoria na CE: Leila Barros



O novo marco legal reúne todas as diretrizes de funcionamento, regulamentação e organização do desporto no país, que passa a ser considerado atividade de alto interesse social. A LGE também institui o Sistema Nacional do Esporte, priorizando o fomento ao esporte educacional para estimular a prática esportiva de base.



07

Reforma do Novo Ensino Médio

Lei 14.945/24 | Relatoria na CE: Prof. Dorinha



Com a reforma, a carga horária do Ensino Médio passa a ser de 2.400 horas para disciplinas obrigatórias e 600 horas para as optativas. No Ensino Técnico, serão 2.100 horas de disciplinas obrigatórias, com 300 horas podendo ser de conteúdos relacionados à formação técnica, e até 1.200 horas para o curso técnico.



08

Assistência Estudantil

Lei 14.914/24 | Relatoria na CE: Flávio Arns



A Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) busca garantir a permanência de estudantes de baixa renda nas instituições federais de ensino superior e de educação profissional, científica e tecnológica. Além da Bolsa Permanência, estabelece programas de apoio para moradia e transporte dos alunos.



09

Clima e biodiversidade

Lei 14.926/24 | Relatoria na CE: Flávio Arns



A partir de 2025, as escolas deverão incluir mudanças do clima e proteção da biodiversidade entre os temas estudados em sala de aula. O objetivo é garantir que os projetos pedagógicos contem com atividades sobre riscos e emergências socioambientais e outros temas ligados à questão ambiental e climática.



10

Vacinação nas escolas

Lei 14.886/2024 | Relatoria na CE: Marcelo Castro



A Lei busca aumentar a vacinação de alunos da educação infantil e ensino fundamental da rede pública. As escolas devem informar à Unidade de Saúde o número de estudantes e agendar a data de vacinação. As famílias devem ser avisadas com antecedência. Escolas particulares também podem participar, se tiverem interesse.



11

Educação Precoce

Lei 14.880/2024 | Relatoria na CE: Confúcio Moura



A lei criou a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 Anos (Precoce). As ações do programa priorizam bebês com deficiência, que necessitam de atendimento especializado ou que tenham nascido em condição de risco, como os prematuros e diagnosticados com transtornos neurológicos.



12

Censo Escolar

Lei 15.017/24 | Relatoria na CE: Esperidião Amin



O poder público deverá compartilhar e tornar públicos dados e microdados obtidos por meio do Censo Escolar e dos exames de avaliação dos estudantes. O objetivo é garantir transparência a essas informações, permitindo o pleno acompanhamento da evolução dos dados da educação.



13

Marco Legal dos Games

Lei 14.852/24 | Relatoria na CE: Leila Barros



A lei regulamenta a fabricação, a importação, a comercialização e o desenvolvimento de jogos eletrônicos no país, diferenciando-os dos jogos de azar. Também estabelece princípios de proteção a crianças e adolescentes, além de garantir ao setor acesso às políticas públicas de incentivo à produção cultural.



14

SUS da Cultura

Lei 14.835/24 | Relatoria na CE: Humberto Costa



Criou o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), promovendo a gestão conjunta das políticas culturais pela União, estados e municípios, além da sociedade civil. O objetivo é garantir os direitos culturais dos cidadãos previstos na Constituição Federal.



15

Financiamento da Cultura

Lei 14.903/24 | Relatoria na CE: Teresa Leitão



Criou o Marco Regulatório do Fomento à Cultura para organizar as regras das políticas de financiamento do setor na União, nos estados e nos municípios. A legislação também amplia a participação de produtores das periferias e comunidades tradicionais nas políticas culturais, promovendo maior inclusão e diversidade.

Principais PLs remetidos à Câmara dos Deputados



1

Segurança escolar

PL 2256/2019 | Relatoria na CE: Astronauta Marcos Pontes

O texto aprovado na Comissão de Educação têm como objetivo destinar recursos para criar e manter um sistema integrado de segurança escolar, criar canal de comunicação entre estudantes e funcionários da escola.



2

Incentivo à Docência

PL 3824/2023 | Relatoria na CE: Professora Dorinha Seabra

O projeto têm o objetivo de atrair estudantes de graduação para a função de docentes nas escolas. Também prevê a oferta de bolsas de estudos para quem optar pela graduação de licenciatura ou curso de Pedagogia.



3

Transporte Escolar

PL 3096/2024 | Relatoria na CE: Professora Dorinha Seabra

O projeto inclui as escolas profissionalizantes no Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), prevendo repasses anuais de recursos financeiros às unidades da rede federal.



4

Educação de Jovens e Adultos

PL 2411/2024 | Relatoria na CE: Teresa Leitão

Cria a Política Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, consolidando iniciativas já implementadas pelo governo para combater o analfabetismo e aperfeiçoar a educação básica na modalidade.



5

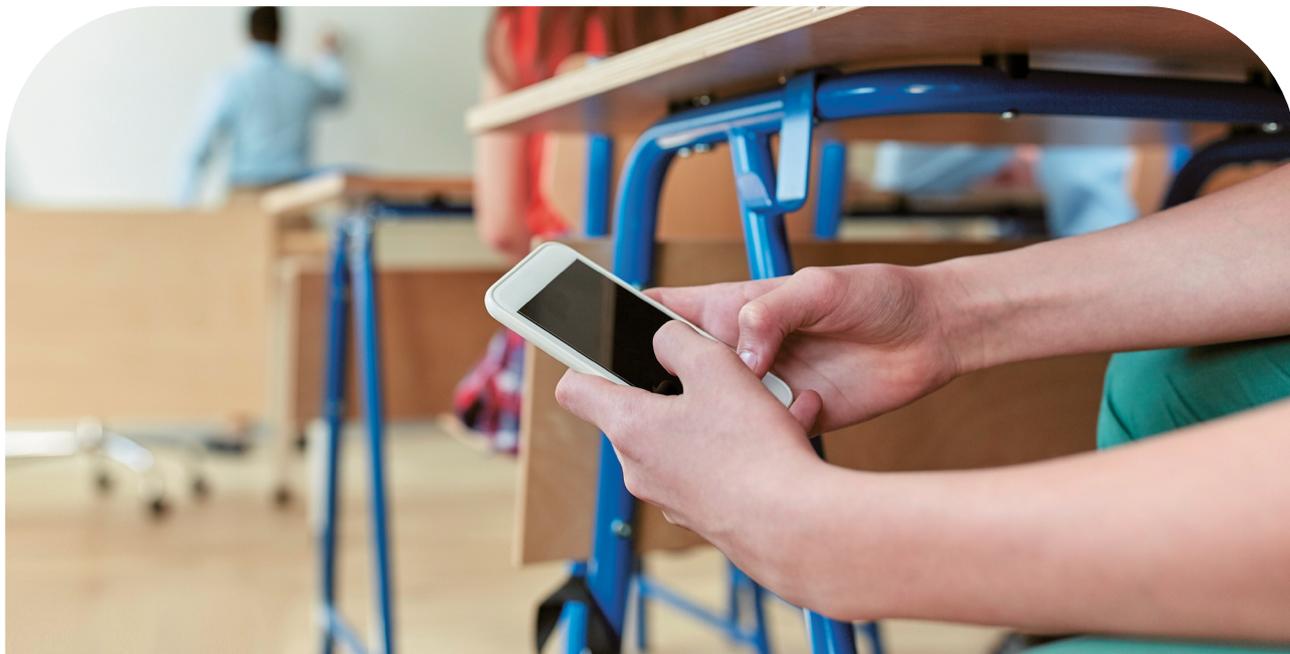
Educação do Campo

PL 2798/2022 | Relatoria na CE: Teresa Leitão

Aprovada na CE, a proposta inclui um capítulo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para tratar da educação no campo. O texto prevê a possibilidade de organização escolar própria para escolas de áreas rurais.



Audiências Públicas



Comissão debate uso de celular nas escolas

Especialistas, representantes da sociedade e do Ministério da Educação discutiram, em um ciclo de três audiências públicas promovidas pela CE, a proibição do uso de celulares em ambientes escolares.

Os debates apontaram para a necessidade de se refletir sobre todo o processo de educação com o uso das mídias e tecnologias atuais, especialmente nos limites que garantam segurança, desenvolvimento e educação das pessoas no uso de equipamentos eletrônicos e smartphones.

92%

dos jovens acessam a internet

98%

acessam via celular

83%

têm perfis nas redes sociais

Fonte: Pesquisa TIC Kids Online, com estudantes de 9 a 17 anos.

Audiências Públicas

Segurança nas escolas

Em 2023, a CE promoveu um ciclo de audiências públicas para debater medidas de segurança escolar e prevenção a ataques contra instituições de ensino. Os debates ocorreram no momento em que o país estava sob o impacto de graves episódios de violência ocorridos em escolas. As audiências contaram com a participação de especialistas nas áreas de segurança pública e educação.

Proposta legislativa

As sugestões apresentadas pelos convidados foram incorporadas ao PL 2256/2019, que estabelece diretrizes para garantir a segurança física e mental dos membros da comunidade escolar. Depois de aprovado de forma terminativa pela CE, o texto seguiu para análise da Câmara dos Deputados.



Ambiente escolar seguro

Entre as medidas para aumentar a segurança nas escolas estão: controle da entrada e saída de pessoas por meio de recursos tecnológicos; disseminação de procedimentos de segurança entre a comunidade escolar; e planejamento e implementação de simulações de emergência no ambiente escolar.



Colaboração

De acordo com o texto, a União, os estados e os municípios instituirão e manterão um sistema integrado de segurança escolar, que emitirá normas gerais para nortear a elaboração de políticas específicas em cada sistema de ensino, com a participação das comunidades escolares e da sociedade civil.

Parecer N° 50 do CNE

Atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi tema de debate na CE.

Em junho de 2024, a Comissão de Educação e Cultura ouviu a opinião de especialistas e do Ministério da Educação (MEC) sobre o Parecer N° 50/2023, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que traz orientações para instituições de ensino públicas e privadas sobre o atendimento educacional e acompanhamento de estudantes com TEA.



Comissão ouviu especialistas e representantes do Conselho Nacional de Educação (CNE) em busca de consenso sobre o documento.

Homologação

Em novembro de 2024, o parecer, que passou por modificações, foi homologado pelo ministro da Educação, Camilo Santana. O documento aborda legislações e políticas públicas sobre a inclusão de pessoas com TEA no sistema educacional, incluindo aspectos como o acesso à educação, a participação de estudantes e famílias, e a disponibilização de profissional de apoio.

O parecer também recomenda a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e do Plano Educacional Individualizado (PEI), que devem orientar o trabalho pedagógico.



Audiências Públicas

Plano Nacional de Educação em pauta

A CE debateu amplamente o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, bem como a elaboração do novo plano.

O PNE é uma política pública que define diretrizes, metas e estratégias a serem executadas em um período de 10 anos, com o objetivo de melhorar a educação no Brasil. A última legislação abrangeu o período de 2014 a 2024. Desde 2023, a Comissão de Educação (CE) deu atenção especial ao PNE, pois o fim do plano vigente vem acompanhado da obrigação constitucional de que o país elabore um novo.

O projeto de lei referente ao PNE 2024–2034 foi enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional em junho de 2024 e está atualmente em análise. Como não houve tempo hábil para a discussão e aprovação da nova legislação, a CE aprovou um projeto de lei que prorrogou a vigência do PNE 2014–2024 até dezembro de 2025.

Para contribuir com a elaboração do novo plano, os senadores realizaram diversas audiências públicas sobre o PNE atual e dois ciclos de debates específicos sobre o novo PNE. O primeiro ciclo ocorreu em 2023, com 8 audiências públicas, e o segundo em 2024, com 10 audiências.

Balanco PNE 2014–2024

Em uma audiência pública conjunta das Comissões de Educação (CE) e de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal, realizada em 20 de junho de 2023, foi apresentado um balanço do 9º ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE). A coordenadora-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda, e o professor da Universidade de São Paulo (USP) e membro do comitê diretivo da Campanha, Daniel Cara, trouxeram dados relevantes:



85%

das metas do PNE não foram cumpridas

65%

das metas sofreram retrocesso

Há lacuna de dados sobre

35%

dos indicadores

Audiências Públicas

Situação das 20 metas do PNE 2014–2024

Legenda ▶ parcialmente cumprida não cumprida

1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos.	não cumprida em retrocesso
2	Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada.	não cumprida em retrocesso
3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.	não cumprida em retrocesso
4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado.	não cumprida lacuna de dados
5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.	não cumprida lacuna de dados
6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.	não cumprida lacuna de dados em retrocesso
7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.	não cumprida em retrocesso
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos para, no mínimo, 12 anos de estudo até o último ano deste PNE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros.	não cumprida em retrocesso
9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.	não cumprida em retrocesso
10	Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.	não cumprida

Audiências Públicas

Legenda ▶  parcialmente cumprida  não cumprida

11	Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.	
12	Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.	  em retrocesso
13	Elevar a qualidade do ensino superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no sistema de Educação Superior para 75%.	  lacuna de dados
14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.	  em retrocesso
15	Garantir, em colaboração com os entes federados, no prazo de 1 ano deste PNE, uma política nacional de formação para que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área em que atuam.	
16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano deste PNE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação.	  lacuna de dados
17	Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano deste PNE.	  em retrocesso
18	Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino.	  lacuna de dados em retrocesso
19	Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, com critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar.	  lacuna de dados em retrocesso
20	Ampliar o investimento público em educação pública para atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano deste PNE e, no mínimo, 10% do PIB ao final do decênio.	  em retrocesso

Fonte: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Ciclos de audiências públicas sobre o Novo PNE

Nos anos de 2023 e 2024, a CE ouviu 82 especialistas de diversos setores da área educacional, com o objetivo de coletar sugestões para o novo PNE. Ao todo, foram realizados 18 encontros, que permitiram um debate aprofundado sobre diversos temas, como financiamento da educação, valorização dos profissionais, educação básica e ensino superior.

Principais sugestões apresentadas

Combate às desigualdades educacionais

- ◇ Priorizar a redução das desigualdades no acesso, permanência e qualidade da educação, com foco em grupos vulneráveis como estudantes negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.
- ◇ Direcionar recursos e ações para escolas com maioria de estudantes de grupos minoritários, que enfrentam menor infraestrutura e financiamento.

Financiamento da educação

- ◇ Definir fontes de financiamento claras e consistentes para o PNE.
- ◇ Considerar o impacto negativo do teto de gastos no cumprimento das metas do plano atual e buscar alternativas para garantir investimentos suficientes.
- ◇ Criar o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) como referência nacional para garantir um padrão mínimo de qualidade em todas as escolas.

Monitoramento e Avaliação

- ◇ Adotar indicadores de monitoramento mais abrangentes e eficazes do que o Ideb, que não reflete a complexidade da realidade educacional.
- ◇ Retomar o monitoramento constante das metas do PNE em todas as esferas de governo, com a participação da sociedade civil.
- ◇ Estabelecer mecanismos de responsabilização de agentes públicos pelo não cumprimento das metas do PNE.

Sistema Nacional de Educação

- ◇ Aprovar o projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE), para fortalecer a colaboração entre as esferas de governo na educação.
- ◇ Fortalecer a coordenação entre o MEC, estados e municípios para a implementação do PNE, com regime de colaboração claro e definido.

Audiências Públicas

Valorização dos Profissionais da Educação

- ◇ Priorizar a contratação de profissionais da educação por concurso público, reduzindo a precarização do trabalho com contratos temporários.
- ◇ Investir na formação inicial e continuada dos professores e garantir a atratividade da carreira docente.
- ◇ Implementar medidas para valorizar os profissionais da educação, com a melhoria das condições de trabalho e salários dignos.

Educação Infantil

- ◇ Universalizar o acesso à creche e à pré-escola, atendendo 100% da demanda manifesta pelos municípios.
- ◇ Garantir a integralidade da jornada escolar na educação infantil.
- ◇ Criar instrumentos nacionais para o levantamento da demanda por creches e pré-escolas, com transparência e participação social.

Ensino Médio e Profissionalizante

- ◇ Reduzir as desigualdades de aprendizagem no ensino médio entre diferentes grupos sociais.
- ◇ Expandir as matrículas na educação profissional e técnica, com foco na qualidade e na integração com o mundo do trabalho.
- ◇ Assegurar infraestrutura e recursos adequados para o ensino médio e profissionalizante, incluindo laboratórios, bibliotecas e acesso à internet.

Pessoas com Deficiência

- ◇ Coletar dados mais precisos sobre a educação de pessoas com deficiência (PCD), tanto no ensino regular quanto em instituições especializadas.
- ◇ Garantir a oferta de educação bilíngue para surdos (Libras e Português) e assegurar projetos pedagógicos e metodologias adequadas para estudantes surdos oralizados.
- ◇ Assegurar a oferta de atendimento educacional especializado (AEE) de qualidade e acessível a todas as famílias, com profissionais capacitados e recursos adequados.

Educação Básica

- ◇ Explorar as parcerias público-privadas para a criação de um sistema de bolsas similar ao Prouni para alunos de baixa renda.
- ◇ Garantir conectividade à internet de alta velocidade para todas as escolas públicas da educação básica.

Ensino Superior

- ◇ Elevar o percentual de acesso à graduação, com foco na qualidade e na inclusão de grupos minoritários.
- ◇ Ampliar e fortalecer programas como o Fies e o Prouni, para garantir o acesso e a permanência de estudantes no ensino superior.
- ◇ Investir na pesquisa e na pós-graduação, formando mestres e doutores para o desenvolvimento do país.

REESTRUTURAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO COMEÇA EM 2025

Após oito audiências públicas na Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil (CEENSINO) e três na Comissão de Educação, foi sancionada a Lei nº 14.945, de 2024, que reforma o Novo Ensino Médio. Fruto de amplo debate com especialistas da área e sociedade, as mudanças valem para os alunos que estão ingressando no ensino médio. Os que já estiverem com o ensino médio em curso terão um período de transição.



Foto: Arnaldo Alves - SECOM-PR

CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA (ENSINO REGULAR)

Como era:

- ♦ 1.800 horas para componentes curriculares (Formação Geral Básica), previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
- ♦ 1.200 horas para itinerários formativos

Como ficou:

- ♦ 2.400 horas para componentes curriculares (Formação Geral Básica), previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
- ♦ 600 horas para itinerários formativos

Audiências Públicas

COMPONENTES CURRICULARES (ANTES DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS)

Como era:

- ◆ Somente português e matemática, em todos os anos do ensino médio

Como ficou:

- ◆ Português, inglês, artes, educação física, matemática, ciências da natureza (biologia, física, química) e ciências humanas (filosofia, geografia, história, sociologia), em todos os anos do ensino médio
- ◆ Língua espanhola opcional

ITINERÁRIOS FORMATIVOS (DISCIPLINAS, PROJETOS, OFICINAS E OUTRAS ATIVIDADES OPTATIVAS QUE COMPLEMENTAM AS MATÉRIAS OBRIGATÓRIAS)

Como era:

- ◆ As redes de ensino determinavam a variedade e a natureza dos itinerários formativos ofertados aos alunos

Como ficou:

- ◆ Cada escola deve ofertar, pelo menos, dois itinerários formativos, com exceção das escolas que oferecem ensino técnico. No ensino regular, eles devem ser complementares à formação geral básica, em quatro áreas: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas

ENSINO TÉCNICO

Como era:

- ◆ 1.800 horas de componentes curriculares (Formação Geral Básica)
- ◆ 1.200 horas para o ensino técnico (itinerários formativos técnicos)

Como ficou:

- ◆ 2.100 horas de componentes curriculares, com 300 horas podendo ser destinadas a conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) relacionados à formação técnica
- ◆ Até 1.200 horas para o ensino técnico (itinerários formativos técnicos)



Foto: IFRR / Divulgação

Professores e técnicos universitários discutem melhores salários

A Comissão de Educação e Cultura (CE) realizou audiência pública no dia 5 de junho de 2024 com representantes do governo e de sindicatos sobre a greve dos professores e técnicos em educação das universidades e institutos federais. O debate foi proposto pelo senador Flávio Arns (PSB-PR).

A Audiência serviu para que, no dia 27 do mesmo mês, o governo federal, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), fechasse acordo com a categoria em relação à reestruturação da carreira.

Veja os resultados na próxima página!

Audiências Públicas

RESULTADOS

Para os docentes:



Ganhos médios de 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em maio de 2026;



Reestruturação na progressão entre os diferentes níveis da carreira;



O salário inicial de um docente com doutorado passará para R\$ 13,7 mil e para professor titular, no topo da carreira, será de R\$ 26,3 mil em 2026;



Para os técnicos:



reajuste médio de 31,2% em quatro anos;



ganhos com progressão na carreira, que aumentarão dos atuais 3,9% para 4,0% em janeiro de 2025 e 4,1% em abril de 2026;



revogação, por meio do Ministério da Educação, da Portaria nº 983/2020, que regulamenta atividades docentes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;



criação de um Grupo de Trabalho com prazo de 60 dias, após assinatura do acordo, para a elaboração de uma nova regulamentação;



Recomposição do conselho que estabelece as diretrizes para a concessão da certificação destinada a professores de cursos técnicos de nível médio.

Carreiras do FNDE e do Inep na pauta da Comissão de Educação

Procurado pelos servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o senador Flávio Arns (PSB-PR) propôs uma audiência pública para debater a necessidade de reestruturação, valorização e fortalecimento das carreiras das duas instituições.

Flávio Arns disse, durante o debate, que considerava estratégico reestruturar o FNDE e o Inep para interromper a constante perda de servidores e aumentar a atratividade de suas carreiras. A reforma, segundo ele, daria maior consistência e estabilidade aos serviços prestados pelas autarquias.

E o resultado foi positivo: o governo federal concedeu reajustes salariais programados para janeiro de 2025 e abril de 2026. No salário base, o reajuste será de 4,5%.

Pelo acordo assinado, haverá reestruturação das carreiras com organização da tabela remuneratória com quatro classes de cinco padrões; ampliação da tabela remuneratória para 20 padrões; progressão da carreira no intervalo de 12 meses; incorporação de 100% da Gratificação de Desempenho (GD) ao Vencimento Básico (VB); reposicionamento dos atuais servidores um padrão acima do atualmente ocupado; e eliminação do requisito de existência de vaga para progressão funcional.



Audiências Públicas



CARREIRAS CONTEMPLADAS:

Carreira de Suporte Técnico ao Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais do FNDE (nível médio);



Carreira de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais do FNDE (nível superior);



Plano Especial de Cargos do FNDE;

Carreira de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações e Avaliações Educacionais do Inep (nível superior);



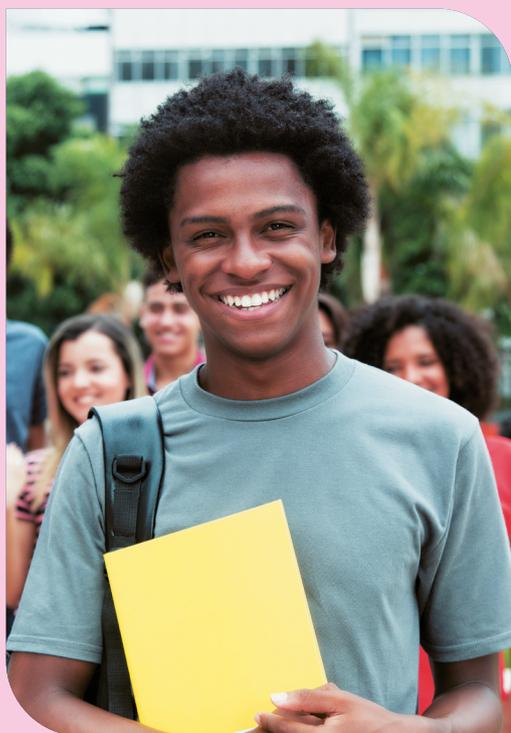
Carreira de Suporte Técnico em Informações Educacionais do Inep (nível médio);

Plano Especial de Cargos do Inep.



Audiências Públicas

Ensino Superior em debate



Em 2023, duas audiências públicas sugeridas pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná trataram de desafios relacionados ao ensino superior no país. Os debates apontaram a necessidade de ações legislativas para incentivar a procura por cursos de licenciatura e aprimoramento dos programas de assistência estudantil na educação superior.

As discussões foram fundamentais para subsidiar a aprovação de propostas como o PL 3824/2023, que cria a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica. Encaminhado à Câmara dos Deputados, o projeto prevê a oferta de bolsas de estudos para estudantes que optarem por graduação de licenciatura ou no curso de pedagogia.

Os debates também fundamentaram a aprovação do PL 5395/2023, que trata da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), aprovado pelo Congresso Nacional e convertido na Lei 14.914/2024.

Regulamentação da comunicação audiovisual e Condencine

Em setembro deste 2023, foi realizada audiência pública para debater dois projetos de lei que buscam a regulamentação do serviço de vídeo sob demanda e a cobrança de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condencine) sobre o setor.

Foram ouvidas e colocaram seus argumentos sobre o assunto e em como é realizada essa regulamentação em outros lugares do mundo, autoridades como:

- Produtores;
- Governo Federal;
- Agência Reguladora;
- Empresas de distribuição de audiovisual.

A regulamentação também ajudará a combater a pirataria que ocorre com muita frequência no audiovisual.



Audiências Públicas

Pós-Graduandos no mundo do trabalho



Foram realizadas 3 audiências públicas no âmbito da CE que tinham como objetivo principal debater quais são as perspectivas dos estudantes pós-graduandos no mundo do trabalho no século XXI.

Além disso, foi pauta da audiência a busca de soluções para garantir melhores condições aos pesquisadores. Na oportunidade, foram ouvidos representantes de:

- CAPES;
- CNPq;
- Entidades referência na ciência;
- Entidades reconhecidas pelo desenvolvimento da pesquisa nacional.

Durante os debates, foram defendidas melhores condições de trabalho aos cientistas e pesquisadores brasileiros e mais apoio para que sigam trabalhando para o progresso da sociedade.

Educação Midiática no Brasil

Os desafios e as perspectivas da Educação Midiática no Brasil foram tema de audiência pública na CE. Na ocasião, os especialistas esclareceram a importância de se desenvolver junto à sociedade habilidades para analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos, dos impressos aos digitais.

A educação midiática auxilia na promoção de competências que permitem às pessoas a formação de senso crítico sobre as informações recebidas. O objetivo principal é fazer com que as pessoas consigam filtrar o que é informação confiável ou não, para não correr o risco de compartilharem Fake News e desinformação.



Audiências Públicas

Maestro João Carlos Martins defende ensino de música obrigatório nas escolas

No dia 3 de dezembro de 2024, a Comissão de Educação e Cultura (CE) recebeu o renomado maestro João Carlos Martins. Ele apresentou aos senadores o projeto Orquestrando, que, por meio de uma plataforma digital, oferece cursos de capacitação para regentes e músicos em todo o Brasil, bem como suporte técnico para elaboração de repertórios, articulação política e busca por patrocinadores.

Além disso, o maestro defendeu a implementação do ensino obrigatório de música nas escolas, propondo a inclusão de 15 minutos semanais de prática musical na disciplina de Artes, ao longo do ano letivo. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já preveja a obrigatoriedade do ensino de música, Martins destacou que essa ainda não é a realidade encontrada nas escolas brasileiras devido a inúmeros desafios, como a falta de professores com formação musical. Com o objetivo de ajudar a tirar a lei do papel, o maestro enviou ao presidente da CE, senador Flávio Arns, uma minuta com propostas para garantir o ensino musical no país.

Também participaram do evento a Diretora-Geral do Senado, Ilana Trombka; o maestro Cláudio Cohen, da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro; e o diretor da Escola de Música de Brasília, Davson de Souza, que trouxe os estudantes Daniel Santos e Rafael Lucena para realizarem apresentações musicais. Arns afirmou que a audiência pública foi uma das mais inspiradoras da atual Legislatura, destacando a importância de iniciativas que valorizam a arte e a cultura como ferramentas para a educação e a cidadania.



“Oxalá todos os músicos e artistas no Brasil tivessem a mesma preocupação social. O Senado está totalmente à disposição para somar esforços com iniciativas tão importantes, necessárias e inspiradoras para o Brasil.”

**Senador Flávio Arns,
presidente da CE.**

A educação e a cultura são a alma do Brasil e a chave para um futuro grandioso. Apesar dos desafios, como a desigualdade e o acesso limitado, há uma força pulsante em cada escola, em cada manifestação artística, que prova o potencial transformador do país.

Com políticas públicas visionárias e a união de todos, é possível sonhar com um Brasil onde a educação forme cidadãos plenos e a cultura brilhe como nossa maior riqueza. O futuro é promissor e repleto de possibilidades!



SENADO FEDERAL

